

O PROCESSO DE CASSAÇÃO: Angústia dos últimos dias cede lugar a alívio

Ailton de Freitas



CASILDO LÊ o relatório de Saturnino (à direita), observado pelo corregedor Romeu Tuma e pelo presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet

Saturnino só tomou a decisão meia hora antes da entrega do relatório

Senador acha que ACM errou mais, porque era presidente da Casa

Adriana Vasconcelos

• BRASÍLIA. O voto recomendando explicitamente a abertura de processo de cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda foi decidido pelo relator Saturnino Braga durante caminhada, meia hora antes da leitura do relatório no Conselho de Ética. Apesar da pressão dos colegas para que evitasse determinar a pena, Saturnino surpreendeu e foi muito mais duro do que se previa: disse que os dois mentiram, não tiveram providências e ainda tentaram esconder a violação do painel de votação.

Para o relator, o erro de Antonio Carlos foi mais grave, já que na época era presidente do Senado e ainda teria revelado o conteúdo da lista de votação em conversa com procuradores.

Votação do relatório, na quarta-feira, será aberta

O presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet, confirmou que a votação do relatório, quarta-feira, será aberta. Logo após a leitura, Paulo Souto (PFL-BA) pediu vista do relatório pelo prazo de cinco dias úteis.

Antonio Carlos não compareceu à sessão, assim como Arruda, mas mandou os dois advogados: Márcio Thomaz Barros e José Vicente Cernichiaro. No fim da sessão, eles confirmaram que podem entrar com mandado de segurança para questionar o voto aberto e o próprio relatório.

A angústia de Saturnino dos últimos dias deu lugar ao alívio, na medida em que o relatório ia sendo lido por Casildo Maldaner (PMDB-SC). Com problemas na boca desde que mordeu uma fruta espinhosa, Saturnino leu apenas a parte do relatório que tinha seu voto recomendando a cassação.

Antes, relacionou os motivos que o levaram a tomar essa decisão. Entre outros, destacou as contradições de Antonio Carlos e Arruda, assim como a mudança de suas versões num curto período de tempo.

Senador afirma que fez o que era seu dever

Mesmo sob pena de ver seu relatório contestado judicialmente pelos advogados do senador Antonio Carlos, não demonstrou arrependimento por seu voto.

— Direito de questionar qualquer um tem, mas achei que era meu dever recomendar a abertura de processo de cassação em meu relatório. Essa é a minha convicção — afirmou Saturnino, de maneira enfática. ■